

Cruesp não atende reivindicações e rompe negociações

Para evitar o confronto de dados com o Fórum das Seis, o Cruesp abandonou as negociações logo após iniciar o debate da pauta de data base.

Não bastasse os salários dos docentes das universidades estaduais paulistas estarem muito inferiores, as negociações de data base com o Cruesp também começaram pior que nos anos anteriores. As três reuniões – uma com os vice-reitores, outra com a comissão técnica e uma terceira com os próprios reitores da USP, Unesp e Unicamp – serviram apenas para demonstrar que o Cruesp resolveu assumir a postura de não negociar.

Primeiro, o Cruesp apresentou uma planilha desaparecendo com R\$ 14,7 milhões, referentes ao ICMS do mês de dezembro de 94 e



Daniel B. Garcia

Primeira reunião de dirigentes do Fórum com o Cruesp.

iniciando a análise numérica em março (quando é sabido que nossa data base é maio; e, portanto, a evolução salarial que importa discutir é referente a maio de 94 a abril deste ano). Depois, o Cruesp adotou, nessa mesma planilha, uma suposta inflação Fipe de 6,95%, referente a julho de 94, quando o cor-

reto, para se comparar poder aquisitivo anterior a julho com o poder aquisitivo posterior, é 30,75%, conforme entendimento do próprio presidente da Fipe, Juarez Rizieri.

Para completar o quadro, o Cruesp rompeu acordos anteriores quanto à manutenção da política de reu-

peração salarial e informou que as negociações estavam suspensas. Segundo manifestação dos reitores, as reivindicações serão respondidas por escrito e não mais diretamente na mesa de negociação. Tentando confundir os funcionários e docentes da USP, Unesp e Unicamp, no mesmo dia da realização da terceira e última reunião de negociação, foi anunciado um aumento de 10% para maio, quando nossas reivindicações exigem reposições que variam de 38 a 56%.

Em consequência das medidas adotadas de forma arbitrária e autoritária pelo Cruesp, docentes e funcionários das três universidades já iniciaram um movimento que poderá levar a uma nova greve. No ano passado, também por falta de habilidade do Cruesp, USP, Unicamp e Unesp estiveram paralisadas por 37 dias.

Eleições na Adusp, dias 29, 30 e 31 de maio

Os sócios da Adusp estarão elegendo, nos dias 29, 30 e 31 deste mês, a nova diretoria da entidade para os próximos dois anos. A "Participação", articulação política criada em 1983 por professores da USP, é a única chapa inscrita e está composta pelos seguintes docentes: Marco Antonio Brinati -Poli- (presidente), Osvaldo Coggiola -FFLCH- (1º vice-presidente), Jair Borin -ECA- (2º vice-presidente), Heloísa Daruiz Borsari -IME- (1ª secretária), Valéria de Marco -FFLCH- (2ª secretária), Pri-

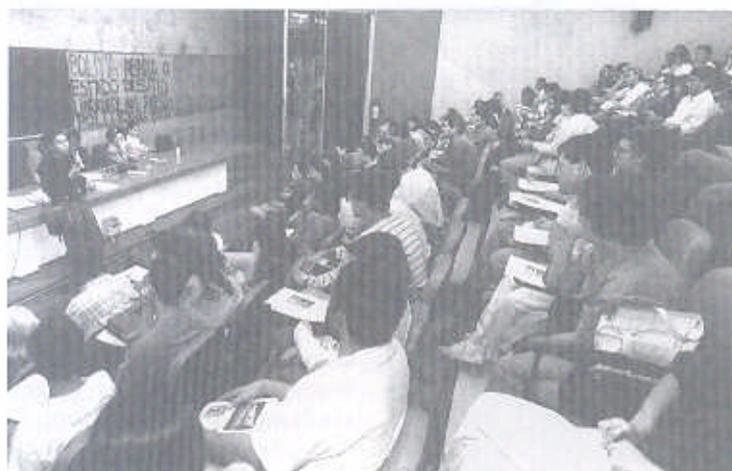
mavera Borelli -FCF- (1ª tesoureira), Roberto Mitio Yanaguita -ICB- (2º tesoureiro), José Nivaldo Garcia -ESALQ- (regional Piracicaba), Antônio César Fagundes -FMVZ- (regional Pirassununga), José Marcelino de Rezende Pinto -FFCLRP- (regional Ribeirão Preto) e Ozírde Manzoli Neto -ICMSC- (regional São Carlos). A Participação efetuou o registro da chapa no dia 18 de maio, conforme norma da eleição, e está distribuindo junto aos sócios da Adusp sua carta-programa.

Todos os associados à Adusp, inscritos até o dia 2 deste mês, terão direito a voto. Esse exercício é vedado, no entanto, aos que estão afastados em caráter temporário das funções de docente da Universidade de São Paulo. A Comissão Eleitoral (CE), indicada pelo Conselho de Representantes da Adusp, e integrada pelos professores Adilson Citelli, Norberto Luiz Guarinello, José Aquiles Baesso Grimoni, Tullia Cozzi, Maria Lucia Spedo Hildorf, José Eduardo Bieudo e Lighia B. H. Matsu-

higue, está presidindo todo o processo e proclamará o resultado na primeira semana de junho. A Comissão Eleitoral divulgará, até o dia 26, as unidades onde estarão sendo instaladas as urnas de votação. O associado deverá votar na sua unidade de origem ou na que estiver lotado. Aquele docente que estiver fora de seu campus poderá exercer o direito de voto sob a rubrica "em trânsito". Votos em trânsito serão recolhidos na sede da Adusp, em São Paulo, e nas sedes regionais, nos demais campi.

Sindicatos repudiam repressão na Bolívia

Cinco mil assinaturas em repúdio ao Estado de Sítio foram entregues ao cônsul boliviano no Brasil.



Convocado pela Adusp, DCE Livre da USP e Fórum das Seis Entidades, o ato público contra a repressão na Bolívia (foto), realizado dia 3 deste mês no anfiteatro de História, reuniu cerca de 200 pessoas. Durante o ato, foi constituída uma comissão, composta por todas as entidades presentes, para divulgar um abaixo-assinado exigindo a imediata liberdade dos presos políticos; o fim dos "campos de isolamentos"; a revogação do Estado de Sítio e a vigência das liberdades democráticas.

Em apenas uma semana o

abaixo-assinado recolheu cinco mil assinaturas, que foram entregues, no dia 12 de maio, ao Cônsul geral da Bolívia no Brasil, Carlos Lara Aranibar. No ato da entrega do documento, que foi protocolado para ser encaminhado às autoridades bolivianas, cinquenta pessoas estavam presentes e tiveram a oportunidade de expressar verbalmente ao cônsul o repúdio à repressão naquele país. Além de professores, estudantes e sindicalistas ligados à USP, compareceu ao consulado boliviano o deputado estadual Jamil Murad (PC do B).

Paulo Renato é criticado na USP

O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, passou a manhã do dia 9 deste mês explicando aos membros do Conselho Universitário da USP (CO) a Medida Provisória 938, que cria o exame de avaliação dos alunos formados em cursos superiores. As intervenções dos docentes foram contrárias à introdução da medida pelo governo federal. Após a reunião o ministro reuniu-se com uma comissão de estudantes, onde ouviu novas críticas. A diretoria da Adusp encaminhou Carta Aberta ao ministro Paulo Renato colocando-se contrária à medida adotada pelo ministério da Educação.

Dois Pontos

Premonição

A frase do senador Antônio Carlos Magalhães, de 28 de fevereiro de 94, afirmando que "Fernando Henrique (então Ministro da Fazenda), com aquele sorriso de aeromoça, não pode mais continuar enganando a nação", está cada vez mais atualizada. Primeiro, ele joga pesado contra as greves, fazendo lembrar o período militar, depois, nega-se a reconhecer os desaparecidos da época da ditadura militar como mortos, com medo que os familiares peçam ressarcimento financeiro à nação. Para quem apoiou, no passado, várias greves e foi perseguido pelos militares, FHC está se saindo pior que a encomenda. E isso tudo porque ele está apenas no começo do governo.

Cultura inflacionária

Cálculo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), publicado na revista "Ligação", do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC indica que, em cinquenta e cinco anos e meio, de janeiro de 1939 até julho de 1994, a inflação brasileira somou exatos 935 trilhões e 950 bilhões. Isso significa um número com quinze dígitos antes da vírgula: 935.950.000.000,00%.

Cada vez mais ricos

Dados do Relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento, 1994, mostram que, em 1960, os 20% mais ricos do mundo ganharam 30 vezes mais que os 80% mais pobres. Em 1991, essa diferença havia chegado a 61 vezes. A continuar nesse crescente, em breve os 80% mais pobres terão sido exterminados pela fome.

Nova diretoria da Adunicamp

Tomou posse, dia 19 deste mês, a nova diretoria da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas. A nova diretoria da Adunicamp está composta pelos seguintes professores: Luís Carlos Guedes Pinto (presidente), Ítala Maria D'Ottaviano (vice-presidente), José Luiz Antunes de O. e Souza (vice-presidente), Lúcia Pereira da Silva (secretária), Sílvia Azucena Nebra de Perez (secretária), Nora Marcelá Haun Quiróz (tesoureira), Marlene Rita de Queiróz (tesoureira), Lino Castellani Filho (Administrativo), Helena Costa Lopes de Freitas (Imprensa) e José Ricardo Figueiredo (Cultural).

Elite científica e avaliação

A USP emplacou 53 nomes na lista dos 170 cientistas brasileiros cujos trabalhos causaram maior impacto entre seus pares do mundo todo, no período de 1981 a 1993. O estudo sobre publicações e citações brasileiras foi feito a partir de dados do Instituto para a Informação Científica, dos EUA, e publicado pela Folha de S. Paulo no dia 21 deste mês. Ao contrário do ocorrido há sete anos, com a publicação, pelo mesmo jornal, da lista dos "improdutivos", a discussão, agora, não é o porquê de determinados nomes estarem na lista. O grande debate, intramuros, é por que certos nomes não estão na referida lista. A expectativa de muitos, na USP é que a atual lista surta o mesmo efeito da anterior: faça com que os cientistas produzam mais. Sempre mais.

Adusp

Diretoria:

Ottaviano Helene, Zilda Iokoi, Francisco Miraglia, Lígia C. M. Machado, Luiz Carlos de Sá Rocha, Décio Crisol Donha, Primavera Borelli, Benedito Honorio Machado, Marcos Nereu Arenales, José Nivaldo Garcia, Evaldo L. Titto.

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd

Colaborador:

Itamar Cavalcante

Projeto Gráfico:

Argem Godoy

Produção Gráfica:

Maria Cristina Wallgora e

Luís Ricardo Câmara

Revisão:

Berenice Baeder

Secretaria:

Rogério Yamamoto

Alexandra Carillo

Distribuição:

Marcelo Chaves

Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Paper Express

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano

Gualberto, trav. J, nº 374

Cid. Universitária - São Paulo - SP

CEP 05508-900 - Tel. (011) 813-5573

Mais trabalho. E o salário, ó... !

Os docentes estão cumprindo seu papel, enquanto os reitores preocupam-se em reduzir salários.

Como conseqüência do amadurecimento do corpo docente, da consolidação de laboratórios e grupos de pesquisas e também de cursos de graduação, pós-graduação e extra-curriculares, a produção acadêmica da USP têm crescido significativamente. Os gráficos mostram o crescimento de algumas atividades, tomando como referência o número de docentes, em um período recente (os dados foram baseados nos Anuários Estatísticos da USP).

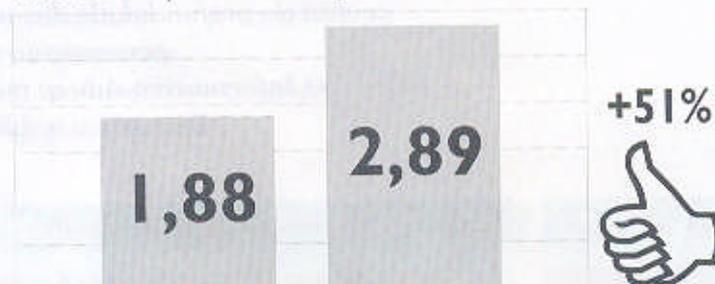
Sejam atividades didáticas, de pesquisa ou de extensão de serviços, o crescimento é muito significativo. Pode-se até questionar se o crescimento se deu na direção correta; pode-se lamentar o pequeno crescimento de alunos de graduação, a estagnação do número de conclusões de cursos e a não melhoria do atendimento aos estudantes. Entretanto, não podemos ignorar o aumento da produção por docente.

Outros indicadores, como a participação em congressos, atendimento da população, edição de livros, produção tecnológica, participação em bancas e concursos etc., têm igualmente crescido, sempre como conseqüência direta da consolidação da universidade.

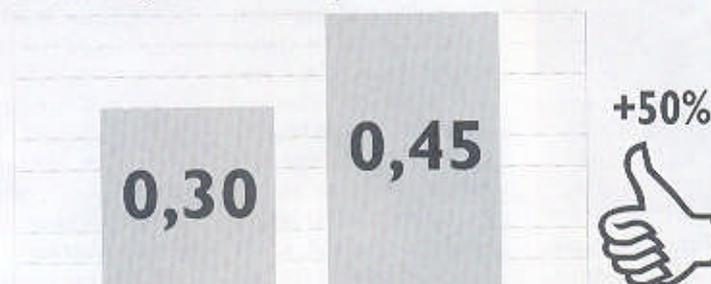
Como todas as categorias de trabalhadores, esperar-se-ia que, a esse aumento da produção correspondesse um aumento salarial. Mas não. Aqui na USP é o contrário. A tendência de redução salarial tem se mantido nas últimas décadas, acompanhando uma política de longo prazo de desmonte do setor público, inclusive da universidade. Temos clareza que somente os movimentos organizados têm contribuído para limitar essa redução salarial. Daí a necessidade de estarmos atentos e em constante mobilização.

Varição de alguns indicativos da produção da USP no período 1985/1993

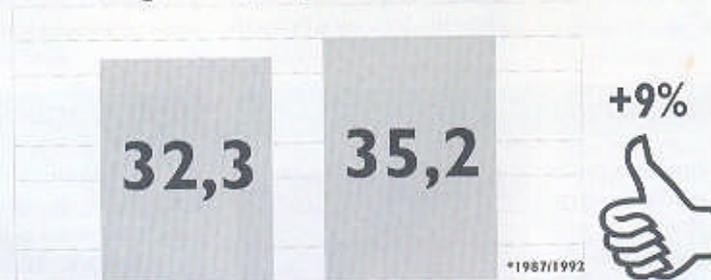
Trabalhos publicados por docente/ano



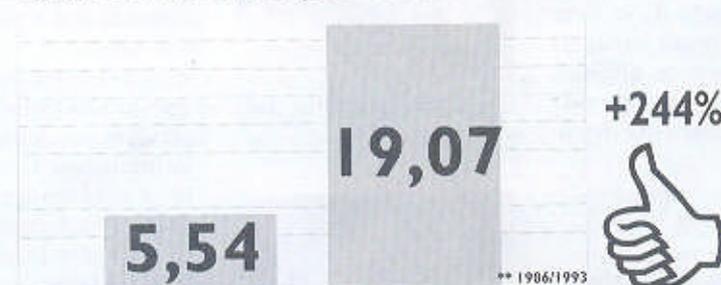
Dissertações e teses por docente/ano



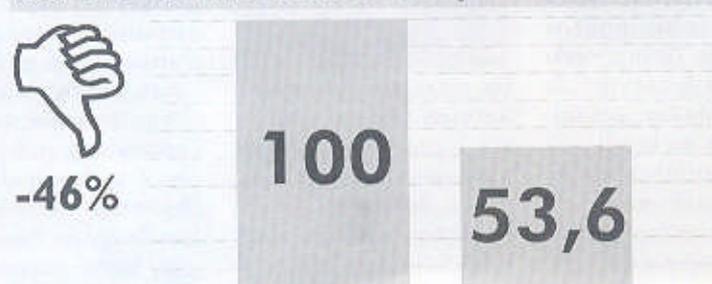
Matrículas em cursos de graduação por docente*



Participantes em cursos extra-curriculares por docente/ano**



Varição do salário de um MS3 RDIDP entre 1985/1993 deflacionado pelo ICV/DIEESE



Lígia M. Machado

Desamparo

Desânimo. Desistência. Desinteresse. Estes termos são companhia constante da pessoa deprimida. São também características de um quadro experimentalmente produzido, conhecido como desamparo. Gerado no laboratório, com cães e ratos, o desamparo se configura como modelo experimental de depressão. Ratos e cachorros submetidos à situação de esQUIVA preferem receber os estímulos aversivos a lutar para escapar da situação. Ratos e cachorros só? Não: o modelo inclui também seres humanos submetidos a situações semelhantes. Mais ainda: a gente consegue identificar claramente na nossa vida cotidiana a reprodução de situações que levam ao desamparo: a perda de direitos de previdência, a não renovação de contratos, o corte do RDIDP. Essas coisas acontecem, do ponto de vista de suas vítimas, independentemente do que possam fazer e a moral da história que deixam é a de que não compensa lutar. O perigo é que se eria também a tendência de generalizar a crença: se não adianta lutar lá, não adianta lutar nunca.

Em parte; o quadro atual de apatia dos docentes da USP reflete este aprendizado perverso. Congregações sem quórum e assembleias vazias mostram o abandono da luta. Mas, o modelo de desamparo também mostra que a conseqüência do processo pode ser evitada. E que é reversível. Para evitar o desamparo, é preciso "vacinar" o sujeito, ensinando-o, previamente, que a luta pode ter conseqüências importantes. Para revertê-lo, é preciso levá-lo a se comportar de tal forma que o comportamento resulte em mudança na situação.

Portanto, para eliminar a desesperança, é preciso lutar contra ela. Mesmo que a luta possa inicialmente parecer inglória. Mesmo que seja inicialmente solitária. Mesmo que signifique remar contra a corrente.

O fato é que se não tentarmos reverter a situação que nos angustia e nos submete, ela não vai se reverter por sua própria conta. A solução está em nossas próprias mãos.

Lígia M. Machado é primeira-secretária da Adusp e doutora em Psicologia Experimental.

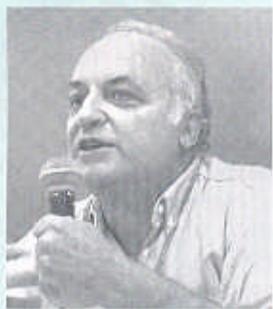
Seminário indica necessidade

O Seminário para debater possíveis alterações no atual estatuto indica a necessidade de mudanças. Os debatedores foram unânimes em reconhecer a importância da profundidade das mudanças e se há necessidade de um pensamento gerou um debate rico em propostas.

O Informativo Adusp publica a síntese das entrevistas que foram realizadas. Em agosto a Adusp estará distribuindo aos docentes

Roberto Leal Lobo, ex-reitor da USP

"Não devemos ficar debatendo o Estatuto do ponto de vista formal, artigo por artigo, itens, parágrafos. É preciso previamente discutir quais são os objetivos, qual é o projeto de universidade que nós queremos, e a partir daí fazer um Estatuto enxuto, objetivo. Precisamos, primeiro, saber o que queremos da universidade em suas grandes linhas e incorporar os novos projetos. Penso que este Simpósio de



Ribeirão Preto está, na verdade, iniciando o debate de um novo projeto de universidade. Outros simpósios, como este, precisam ser realizados."

Zilda Iokoi, vice-presidente da Adusp

"Acredito que importantes questões são impossíveis de serem alteradas sem a mudança do Estatuto. Cito, em princípio, a nossa diferença em relação à carreira docente. Enquanto o Estatuto define que só entra na carreira universitária o professor-doutor, a universidade contrata bolsistas (professores de pós-graduação) para fazer regência de aula. Quer dizer que a universidade tem a preocu-

pação com a formação, mas o Estatuto não permite que as unidades planejem e criem cursos experimentais. Tudo está definido na estrutura dos departamentos, que não permitem, por exemplo, a quebra da hierarquia universitária em termos de estrutura de poder para com a exclusividade dos professores titulares. É preciso debater, ainda, as fundações para saber que tipo de inserção elas devem



ter. Concordo que não devemos reformular o Estatuto apenas para mudá-lo. Por isso estamos abrindo a discussão sobre os principais problemas para podermos indicar as mudanças estatutárias."

Wilson R. N. Lodi, Medicina - Ribeirão Preto

"Simpósios como o realizado em Ribeirão Preto são muito importantes e acredito que a Associação dos Docentes tem uma tarefa histórica. Ela tem de formular o que poderíamos classificar de 'uma saída para a universidade'. Em 1962 conseguiu-se equacionar um Estatuto para os cientistas, man-

tendo os outros grupos de fora. Agora esses grupos estão dentro da universidade, criando algumas formas de governo que modificaram um pouco a convivência universitária. Está no momento certo de se fazer uma proposta capaz de equacionar os diversos interesses em algo que seja inteiramente defen-



sável pelo conjunto da universidade."

Willian Saad Hossne, ex-reitor da UFSC

"Coloco a questão do Estatuto de forma mais genérica; uma vez que, em geral, ele deve ser sempre motivo de análise e preocupação, não no sentido de fazer mudanças cartoriais, mas no sentido de utilizar a reflexão crítica sobre o que está acontecendo na universidade. Nesse sentido, a mudança de Estatuto deve ser precedida de

respostas às seguintes perguntas: por que mudar e o que não está bom? Identificados esses pontos, aí sim vamos trabalhar para modificar os pontos essenciais. De um modo geral, os Estatutos de universidades, principalmente no Brasil, são muito amplos, e às vezes querem prever todas as situações e criam uma camisa de força.



Os estatutos deveriam ser mais enxutos, concisos e criar condições para que haja espaço para o debate, já que é o debate quem suscita a reflexão crítica."

Hugo A. Armelin, pró-reitor de pesquisa da USP

"Certamente há necessidade de mudanças no Estatuto. De imediato a questão da carreira, no que diz respeito ao problema dos professores contratados, não estáveis, precisa ser resolvida. Estes professores precisam ter, no mínimo, as garantias que as leis trabalhistas prevêm aos demais trabalhadores. Devemos rever também a conceitualização de departamento, inclusive porque há uma certa incongruência, muito embora formalmente não haja nenhum erro. O atual Estatuto exige que os departamentos tenham, no mínimo, quinze professores e dois titulares, mas convivemos com departamentos que não preenchem esse requisito. A razão é que eles já existiam na época da mudança do Estatuto e não houve nenhuma dis-



posição transitória que determinasse uma data ou um prazo de mudança. Outra incongruência é a existência de vários departamentos de uma mesma área de conhecimento num mesmo campus. Nesse item, entendemos que isso foi um arranjo que se deixa perpetuar sem que se tivesse nenhuma disposição transitória obrigando o enquadramento, porque o Estatuto estabelece que, num mesmo campus, não deve existir mais de um departamento de uma determinada área de conhecimento."

idade de mudanças na USP

na USP, realizado no início deste mês em Ribeirão Preto, apontou a
firmar que é preciso repensar a USP. As divergências ficaram por
as alterações serem feitas através do Estatuto. A diversidade de
que serão aprofundadas em outros simpósios.
os debatedores concederam após a realização do encontro.
es uma publicação com a transcrição dos debates.

Francisco Romeu Landi, ex-diretor da Poli/USP

“Passados 7 anos da entrada em vigor do atual Estatuto, acho que é chegada a hora de reformulá-lo porque ao longo destes anos conseguimos identificar alguns pontos críticos que precisamos corrigir. Nós da área de tecnologia consideramos a questão da flexibilização de vital importância. Foi graças ao princípio da flexibilização que conseguimos aumentar o número de professores em tempo integral. Entendo que



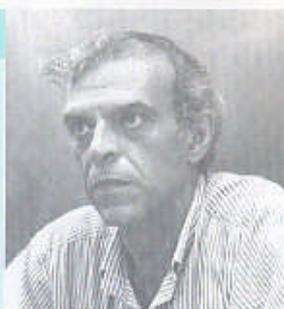
devemos estimular e incrementar esse procedimento, uma vez que esse processo vai atingindo, gradativamente, a universidade. Outros pontos críticos ainda estão pendentes,

a exemplo da limitação do número de professores titulares e a questão dos contratos precários. Há que se discutir, ainda, as atribuições do reitor, do Conselho Universitário, das Congregações e dos CTAs, uma vez que se tem a impressão de existir um número muito grande de conselhos. Não que isso seja negativo, mas precisa ser debatido e as eventuais correções devem ser feitas ao longo do tempo.”

Francisco Miraglia, vice-presidente da Adusp

“As mudanças do Estatuto devem ser mais estruturais, como a eleição direta para reitor, eleição direta para representantes das unidades e diretores, além de uma maior participação estudantil e transparência. O Simpósio foi uma ótima iniciativa

porque membros da estrutura de administração da USP se dispuseram a debater. Essa postura aclara posições e facilita a compreensão das divergências. Nosso objetivo, enquanto entidade sindical, a partir de agora, é conseguir fazer com que as pessoas se inte-



ressem por esse tema e ampliem o debate sobre a necessidade de reforma do Estatuto.”

Isaías Raw, diretor do Instituto Butantan

“No meu entender, o primeiro problema a ser atacado é flexibilizar o Estatuto de forma que novas iniciativas individuais possam ser feitas, mesmo que às vezes à revelia dos conselhos universitários. Isso é garantir o direito de fazer novas experiências educacionais dentro da universidade. Agora, mais do que reformar o Estatuto, o que é preciso

é uma mudança de funcionamento da universidade, o que quer dizer que o Estatuto deve vir depois. Outro problema é a subdivisão das universidades do Estado em três grandes universidades (USP, Unicamp e Unesp). Acredito que elas possam, eventualmente, se reunir e criar um sistema igual ao adotado na Califórnia, mas onde cada campus passa



a ter uma autonomia muito maior do que tem hoje. Cada universidade tem o direito de inovar, e o que está faltando, hoje, é liberdade. O resto vem depois.”

Rogério Meneghini, presidente da Cert

“O Estatuto atende a maior parte das reivindicações que foram apontadas na mesa da qual participei no Simpósio. Isso implica dizer que as reclamações e as ponderações não exigem mudanças profundas no Estatuto atual. Acho, sim, que há necessidade de mudanças administrativas. Há que se olhar com cuidado a questão das fundações. Há, ainda, a questão dos não estáveis (referia-se aos contratos precários). Nesse aspecto é necessário estudar uma maneira de não se criar situações constrangedoras



para a universidade, no sentido de as pessoas ao não serem recontraçadas não terem nenhum direito a receber. Estas questões são passíveis de resolução na administração da universidade, através de resoluções que terão de passar pelo Conselho Universitário.”

Alberto C. da Silva, fundador da Fapesp.

“Acredito que um dos pontos importantes é que a própria USP precisa se comprometer em responsabilidades que ela não tem considerado, como por exemplo a colaboração com as empresas privadas, no sentido de contribuir para o aumento da competitividade, da inovação para assegurar o desenvolvimento dessas empresas. Há, ainda, outros aspectos que a universidade pode melhorar bastante dentro dos regulamentos atuais. Um deles é aumentar a própria eficiência da universidade. Na USP o tempo médio para a formação de um aluno em nível de gradua-



ção, se esquecermos o problema da desistência, é de dez anos, o que é um tempo extremamente longo. Esse fenômeno também ocorre na pós-graduação e por isso entendo que é necessário fazer um trabalho interno de aumento da eficiência. Somente a adoção desse tipo de medida poderá representar uma economia enorme de recursos.”

Fórum se manifesta contra ações do governo FHC

Contrato coletivo

"O longo impasse nas negociações entre petroleiros e governo serve para justificar a adoção de um novo mecanismo de negociação trabalhista: o contrato coletivo de trabalho. Representantes do governo, sindicalistas e estudiosos do trabalho defendem a tese de que, se o País já tivesse adotado o CGT, que induz a negociação permanente entre as partes com a interferência mínima do Estado, a greve dos petroleiros não teria ocorrido."

Gazeta Mercantil 23 de maio

Livre negociação

"A partir de 1º de junho os salários serão totalmente desindexados, as negociações de reajustes se darão livremente entre empregados e empregadores, sem interferência do governo, e a lei se limitará a fixar o prazo mínimo de um ano para qualquer aumento."

O Estado de S. Paulo 23 de maio

ACM versus FHC

"O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que a viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso ao nordeste foi inoportuna e mal-organizada. ACM disse que o presidente não tem projeto para o nordeste."

Folha de S. Paulo 23 de maio

Lucro dos bancos

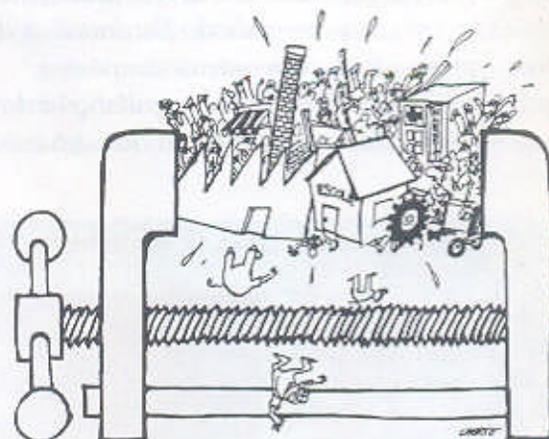
"De quinze bancos com patrimônio superior a R\$ 10 milhões cujos resultados até março foram informados à Bolsa de Valores de SP, apenas dois apresentaram rentabilidade que, anualizadas, ficaram abaixo de 10%."

Gazeta Mercantil 22 de maio

As entidades representativas de docentes e funcionários das universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp), e do Centro Paula Souza emitiram manifesto de apoio à luta dos petroleiros, que encontram-se em greve reivindicando o cumprimento de acordo firmado com o governo federal na gestão do presidente Itamar Franco. As entidades repudiam a forma autoritária e violenta com que o governo Fernando Henrique Cardoso tem tratado o movimento. Diz o texto do manifesto que, enquanto cede às exigências da bancada ruralista no Congresso, o governo se recusa a implementar acordo assinado na gestão anterior, na qual o Fernando Henrique era ministro da Fazenda.

Reformas - Os professores universitários também deram uma verdadeira lição

de participação e luta. Em várias universidades do país os docentes aderiram, dia 9 deste mês, à greve contra as reformas constitucionais que estão sendo implementadas pelo governo. Dias antes do início do movimento, o presidente FHC assinou o decreto 1.480, estabelecendo punições para os servidores públicos que participassem de paralisações. Mesmo assim os docentes não se intimidaram. A Andes aderiu e organizou a greve no setor das universidades federais e integrou o comando nacional da greve unificada dos trabalhadores das estatais e



dos servidores públicos. A greve dos docentes das universidades federais reforçou a luta da Andes pela aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) democrática e de interesse da população brasileira. A LDB está em tramitação no Senado e no dia 16 deste mês esgotou-se o prazo para apresentação de emendas de plenário.

Andes realiza 30º Conad

A Andes estará realizando em São Luís, Maranhão, entre os dias 2 e 4 de junho a 30ª Reunião do Conselho Nacional das Associações Docentes (Conad), com o objetivo de analisar a conjuntura nacional, avaliar o Plano de Lutas definido no XIV Congresso, realizado em Brasília no início do ano, e definir questões organizativas e financeiras.

No item "Movimento Docente e a Conjuntura", o Conad estará avaliando o significado do governo FHC e suas principais propostas, uma vez que ele tem se submetido de forma exemplar ao "Consenso de Washington", fórum realizado sob a chancela do FMI, BIRD, BID e dos países desenvolvidos que traçaram uma agenda a ser cumprida pelos países mais pobres e que determina, dentre outras coisas, o ajuste fiscal, a redução do tamanho do Estado e a abertura comercial.

Resumo do Relatório da Tesouraria Abril de 1995

Saldo de Março: R\$ 362.214,09

1. Receitas	
1.1. Contribuição Sócios	R\$64.576,85
1.2. Prestação Serviços	R\$ 997,66
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$13.481,70
1.4. Outros	R\$ 2.121,41

Disponível R\$ 443.391,71

2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$21.978,31
2.2. Repasse à ANDES-SN	R\$11.644,72
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 900,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 9.159,46
2.5. Comunicação	R\$ 8.841,50
2.6. Eventos	R\$ 5.505,75
2.7. Outros	R\$ 2.147,90

Total Despesas R\$ 61.381,64

Saldo de Abril R\$ 382.010,07

3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB + FBN	R\$294.908,08
3.2. Poupança	R\$ 85.774,43
3.3. Conta Corrente	R\$ 1.327,17
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 0,38

Total do Ativo Financeiro R\$ 382.010,07

O relatório circunstanciado encontra-se à disposição com o representante da unidade e na Adusp.

A USP, a Adusp e os contratos precários

No último Informativo Adusp consta artigo sobre a questão dos contratos precários na USP. A iniciativa é pertinente, pois já estava mais do que na hora da Adusp retomar essa questão, redespertada pela injusta demissão da professora Marina Nóbrega, do IB. No artigo, faz-se referência a uma comissão que elaborou relatório sobre o tema, em 1992. A comissão é apresentada como nomeada pela reitoria, e também observa-se que, se ela recomendou a adoção de salvaguardas quanto aos presentes contratos, isso não seria suficiente. O artigo sugere que a consideração dos atuais contratos como em extinção, e sua substituição por uma política de admissão apenas por concurso público de provimentos de cargos, seria o melhor para as universidades.

Algumas considerações merecem ser feitas. Em primeiro lugar, a referida comissão, se foi nomeada pela reitoria, o foi em conse-

quência das negociações da campanha salarial de 1991, a mesma em que se assinou o protocolo de data base em 1º de maio. Em segundo lugar, cabe qualificar mais amplamente a natureza e o significado das salvaguardas de que se pretendia dotar os contratos. A primeira, e mencionada no artigo, era a de que tanto a não renovação quanto a renovação dos contratos deveriam ser motivadas, isto é, justificadas pelo órgão competente em termos acadêmicos e não outros. A segunda era a de que, caso o contrato não fosse renovado, caberia

recurso por parte do docente, e que ele deveria continuar sendo pago, enquanto o processo estivesse em andamento. A terceira era que, neste caso, depois de não renovação motivada (desde que não por infração do estatuto legal a que esteja vinculado), lhe caberia uma indenização financeira, de acordo com o tempo de serviço. Fazia parte do relatório a constatação de que o serviço docente regular na USP não pode ser considerado como de caráter precário, mas permanente. Portanto, o relatório reconhecia explicitamente que o conceito de que a não renovação de um contrato não merece recurso ou pode ser imotivada não cabe: espera-se do docente contratado o mesmo do que o do efetivo; portanto, sua função não é "temporária".

Mas no meu entender é ilusão temerária pretender-se que todos os docentes da USP só venham a ser admitidos por concurso que leve diretamente à efetivação. Os números da USP apontam um número constante de

docentes não efetivos, cerca de 40 ou 50%, conforme o momento. A adoção de uma política de só se admitirem docentes mediante concurso público de efetivação intensificaria, na conjuntura presente, o congelamento do quadro, com agravamento dos danos já hoje observados pela restrição de verbas e claros. Além disso, tal política poderia ser motivo de

conseqüências danosas do ponto de vista institucional, pois unidades poderiam tender à busca de soluções *ad hoc*, com contratações de estudantes de pós-graduação, implementação de políticas

"...é ilusão temerária pretender-se que todos os docentes da USP só venham a ser admitidos por concurso que leve diretamente à efetivação. Os números da USP apontam um número constante de docentes não efetivos, cerca de 40 ou 50%, conforme o momento."

de monitorias ampliadas e outras que tais, de substituição mais barata (ainda) de docentes. Outra conseqüência de caráter duvidoso é que essa política eliminaria mestres do quadro. A medida de se trocarem os atuais contratos por contratos do tipo CLT seria extremamente impopular, e com razão, pois aboliria a aposentadoria integral para os contratados, abrindo o caminho para que logo fosse abolida para todos, nesses tempos de pós-modernidade e neoliberalismo galopantes. Além disso a CLT admite a demissão não motivada, desde que indenizada, e esse tipo de demissão é uma das coisas que se quer evitar. O relatório reconhece como desejável que se realizem concursos de efetivação com freqüência, para que dentro do tempo de carreira os docentes possam aspirar à estabilidade.

Penso, portanto, que o melhor é trabalhar liminarmente a partir daquelas conclusões da comissão acima alinhavadas (enquanto se busca entendimento melhor



do significado do Regime Jurídico Único na Universidade), tendo em vista buscar-se um acordo reconhecido e assinado entre sindicato e reitoria. É claro que elas são um ponto de partida, para serem melhoradas, e o relatório da comissão é eloqüente neste ponto, posto que a ele segue-se um apêndice com comentários individuais dos seus membros sobre o conjunto do relatório e outros pontos considerados relevantes. Mas são um ponto de partida interessante, na medida em que se constituem em critérios estabelecidos, como conclusão comum, por uma comissão credenciada pelas partes devida e especificamente interessadas.

Flávio Aguiar é ex-presidente da Adusp.

Nota: Este texto foi encaminhado à Adusp para ser publicado na seção "Cartas". Dada a importância e a relevância das colocações feitas pelo Prof. Flávio Aguiar, a Diretoria da Entidade optou por editá-lo em forma de artigo.



Covas restringe verbas para a educação em 96

A Associação dos Docentes da USP, em conjunto com as demais entidades representativas dos trabalhadores das universidades estaduais paulistas, está defendendo na Assembléia Legislativa um percentual de no mínimo 11% para as universidades, 2% para o Centro Paula Souza e 30% para o primeiro e segundo graus. Até o final de junho os deputados estaduais estarão votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 96, e até lá os dirigentes do Fórum estarão se reunindo com os parlamentares com o propósito de aprovar emendas que garantam um percentual do ICMS que viabilize a expansão do ensino no Estado, a recuperação salarial e a melhoria de funcionamento das universidades.

O governador Mário Covas (PSDB), seguindo a mesma linha dos governos anteriores, encaminhou à

Assembléia Legislativa uma proposta de LDO que limita os recursos das universidades ao valor real global efetivamente desembolsado em 1995, o que nada mais é que a garantia de arrocho. Além disso, o governador não exclui da dotação fiscal das universidades, como as LDOs de anos anteriores faziam. Os repasses para projetos especiais. Dessa forma, a autonomia desaparece: o governo passa a poder fazer repasses vinculando-os a projetos especiais de seu interesse e subtraindo os valores repassados da dotação fiscal.

Já enfrentamos situações parecidas no passado e conseguimos aumentar a dotação das universidades de 8,4% para 9,57%. Vamos nos mobilizar para vencer mais esta luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis, bem como do desenvolvimento tecnológico e cultural.

A Cert ataca outra vez. E erra novamente.

Mais uma da Cert. A professora Elizabeth B. Pinto (MS-2), do Departamento de Psicologia Clínica, do Instituto de Psicologia (IP), submeteu à Cert, em abril de 1994, relatório do estágio probatório do RDIDP, devidamente aprovado pelo Conselho do Departamento e pela Congregação do IP. No parecer do relator da congregação, o veredicto era "plenamente favorável a continuar como RDIDP".

Ocorre que a Cert deu parecer contrário e a docente foi desligada do RDIDP, retroativamente a abril de 95. Este fato, embora devesse ser encarado com indignação, já se tornou corriqueiro na USP e não impressiona mais. Desta vez, porém, teve uma surpresa: um dos motivos alegados para desligar a professora foi que "ela não contribuiu para a formação de alunos em nível

de pós-graduação". A professora, no entanto, é mestre, contratada como MS-2, e, portanto, não vinculada à pós-graduação e não pode, mesmo que queira, formar alunos neste nível.

A Cert, ao fazer este tipo de análise, demonstra ter avaliado sem ler o relatório. Vale lembrar, ainda, que para fazer esta avaliação a Cert levou exatos treze meses: o relatório da professora Elizabeth foi enviado em abril de 94 e a resposta retornou em maio de 95.

Além do erro grosseiro de confundir a categoria da professora Elizabeth Pinto, a avaliação da Cert comete uma grande injustiça, uma vez que a docente é extremamente ativa no departamento, tem se envolvido em várias atividades com alunos e é das poucas que trocam a promissora alternativa de psicóloga clínica pela dedicação à docência e à pesquisa.

Continua a polêmica no Instituto Butantan

Criado em novembro de 1945 para realizar diagnóstico e tratamento dos acidentes humanos por animais peçonhentos, o Hospital Vital Brazil cumpriu suas funções até o atual diretor do Butantan, Isaías Raw, decidir que a partir de agosto próximo as pessoas picadas por cobras deverão ser encaminhadas para o Hospital Emílio Ribas e para o Hospital Universitário. Foi o suficiente para uma grande polêmica, antagonizando, de um lado o diretor e de outro os médicos do Vital Brazil, além de vários pesquisadores e funcionários. A suspeita era de que o não-atendimento aos acidentes ofídicos representava apenas a primeira de uma série de decisões que levariam ao fechamento do Hospital.

Raw nega. Emitiu nota afirmando que o Vital Brazil "perdeu nesses 50 anos sua função de ser o único centro para tratamento" dos acidentes com animais peçonhentos. E completou: "o Hospital será mantido como um centro de referência e seus médicos selecionados para realizar pesquisa ou treinamento a distância".

No centro da polêmica, o diretor do Hospital, Dr. João Luiz Costa Cardoso, não se conformou: "não tem sentido você imaginar a possibilidade de fazer pesquisa sem os doentes". Desconfiado, e talvez pela afinidade com quem trabalha com picadas de abelhas, ele ironizou: "nesse pau tem mel".

No seu estilo direto e sem meneios, Raw afirma que o

Instituto Butantan vem sendo "totalmente recuperado, técnica e cientificamente e não se curvará a interesses pessoais de oito médicos que atendem a onze camas, na maior parte do tempo vazias". Os médicos do hospital retrucaram, divulgando documentos com dados sobre os registros dos pacientes. De dezembro de 1993 a novembro de 1994, foram atendidos 2.176 acidentados por cobras, aranhas, escorpiões, lagartas e abelhas. Destes, 201 tiveram de ser internados. Os números apontam ainda que essa média de 2.500/3.000 casos vem se repetindo, com uma queda em relação aos acidentes com cobras depois que o atendimento foi descentralizado para outros onze postos da Grande São Paulo.

No campo da pesquisa clínica, os médicos apontam os estudos sobre reavaliação dos esquemas de dosagem de soro: as conclusões indicam a possibilidade de redução das quantidades para o gênero das jararacas, responsável por 86% dos acidentes no Brasil. De 1979 até o momento, a equipe do Vital Brazil registra a publicação de 38 trabalhos científicos em revistas nacionais e estrangeiras enfocando aspectos clínicos resultantes da observação de pacientes.

Nessa situação de posições tão arraigadas, a pendenga foi transferida momentaneamente para a Coordenadoria dos Institutos de Pesquisa do Estado de São Paulo - organismo a que está ligado o Instituto Butantan.

Eleições ADUSP

29, 30 e 31 de maio

Urnas em todas as unidades